

ASTRAL

Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas



ENTRA EM OPERAÇÃO SISTEMA DE TROCA DE CONTEÚDO DA ASTRAL

INTEGRAÇÃO E AGILIDADE NA COBERTURA DAS ELEIÇÕES

LEILOADA FAIXA DE 700 MHZ PARA BANDA LARGA

CONHEÇA AS REGRAS DE FISCALIZAÇÃO DA ANATEL

OS RUMOS DA TELEVISÃO EM DEBATE NO SET EXPO

ASSUMA O CONTROLE

Soluções de ponta a ponta para TVs públicas e legislativas



Somos especializados no mercado público e legislativo, e por isso sabemos dos novos desafios impostos às emissoras de TV do setor. Oferecemos projetos inteligentes, otimizando a operação e se encaixando em qualquer orçamento.

DIGITALIZAÇÃO

Em parceria com a CloudTV, desenvolvemos o serviço de digitalização rápida de acervos, tornando o seu legado disponível para uso, de maneira simples e ágil, além de torná-lo compatível com as novas tecnologias de cloud computing.

CATALOGAÇÃO

A gestão de conteúdo em uma emissora de TV é um grande desafio nos dias de hoje, já que os volumes de material digital crescem diariamente.

Para atender essa demanda firmamos uma parceria com a Media Portal, principal desenvolvedor nacional de sistemas de MAM. Essa ferramenta já é utilizada na TV Cultura, EPTV, TV TEM, TRAFFIC, SENAC, SESC, entre outros.

CLIENTES EM TODO O BRASIL

TV Câmara São José dos Campos (SP)

TV Câmara Bauru (SP)

TV Câmara Sete Lagoas (MG)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Assessoria e Configuração
www.4k.tv.br
15 3218-1178



COMPARTILHAMENTO: NOSSA REDE MAIS SOLIDÁRIA

A Astral tem a honra de anunciar a concretização de um projeto fundamental para o desenvolvimento das emissoras legislativas. A partir de agora, entra em funcionamento o sistema de compartilhamento conteúdo entre os associados da entidade. Como nosso objetivo é formarmos uma verdadeira rede de comunicação, a Astral decidiu disponibilizar esse conteúdo de forma gratuita para os parceiros.

O projeto, que começou a ser desenhado no início do ano, é de responsabilidade da CloudTV, uma empresa especializada em tecnologia de armazenamento de conteúdo na nuvem que se mostrou parceira para desenvolver um sistema personalizado para nossa entidade. A Rede Colaborativa Audiovisual nasce com o objetivo de qualificar a grade de programação das TVs do Legislativo brasileiro, com programas especiais, alguns reconhecidos com importantes prêmios nacionais.

Para ter acesso a esse material, o associado precisa estar em dia com a entidade. Hoje, temos cerca de 70 casas legislativas com ficha na Astral, mas apenas 30 com a contribuição em dia.

Com o programa de troca de conteúdo, esperamos reconquistar antigos e buscar novos associados. Às vezes, esse processo esbarra no setor jurídico da assembleia ou da câmara municipal. Por isso, nesta edição da Revista, também apresentamos uma orientação de como justificar a adesão à nossa associação, com o entendimento de tribunais de contas estaduais.

Assim, a Astral cumpre seu compromisso, estabelecido no Estatuto da entidade, de fortalecer o intercâmbio e a troca de experiências entre os veículos de comunicação das casas legislativas.

Outra demonstração de união entre as nossas emissoras foi a excelente cobertura do primeiro

turno das eleições deste ano. As emissoras de TV e de rádios federais, estaduais e municipais se uniram para oferecer ao cidadão uma cobertura completa, ágil e com foco nas discussões sobre os desafios de senadores, deputados federais e estaduais eleitos. Avançamos muito nas transmissões ao vivo e não perdemos em nada para as grandes emissoras comerciais. Graças à tecnologia portátil do mochilink, repórteres entraram ao vivo, em rede, de vários cantos do país.

Trilhamos o caminho que sempre sonhamos. As emissoras integradas em coberturas especiais e dividindo o melhor da sua programação com parceiros interessados em ampliar a divulgação da cultura brasileira. Vamos em frente, num processo colaborativo até o dia de termos um telejornal integrado, com troca de reportagens e entradas ao vivo de onde a notícia do Legislativo estiver.

Nesta edição da Revista da Astral, destacamos também as exigências legais para que a emissora esteja no ar e evite problemas com a fiscalização da Anatel. Além da conclusão do leilão da faixa de 700 MHz que obrigará as emissoras situadas entre os canais 52 e 69 a migrarem para números mais baixos.

Por fim, gostaríamos de nos solidarizar com a família de Edmilson Oliveira, diretor da Embrasec, falecido em decorrência de um acidente vascular cerebral em meados de setembro. A empresa, que presta assessoria na área de comunicação à Astral, continuará o trabalho, agora comandado pela esposa do Edmilson, Ana Maria Faria de Oliveira. Mais uma vez, a Astral demonstra nossos sinceros pesares.

Vamos em frente!

Rodrigo Lucena
Presidente da Astral

TECNOLOGIA

Como participar do compartilhamento
de conteúdo que começa a
funcionar para associados da Astral

18



ASTRAL

PRESIDENTE

Rodrigo Barreto Lucena
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

1º VICE-PRESIDENTE

Evelin Maciel
Câmara dos Deputados

2º VICE-PRESIDENTE

Sérgio Figueiredo
TV Câmara de Ribeirão Preto

DIRETOR TÉCNICO

Wanderley de Oliveira
Assembleia Legislativa do Mato Grosso

SECRETÁRIO GERAL

Afonso Lopes
Assembleia Legislativa de Goiás

TESOUREIRO

Guilherme Brandão Minassa
Câmara Municipal de Belo Horizonte

CONSELHO FISCAL

| TITULARES

Marisa Elisete Libardi
TV Câmara dos Vereadores de Piracicaba - SP

Antônio Magalhães
TV Assembleia Legislativa de Pernambuco

Maurício Pandolph
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

| SUPLENTE

Suelen Costa
Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Pedro Motta Lima
Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

CONSELHO TÉCNICO

Marcos Amaral Rainho Ribeiro
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Carlo Antônio
Câmara Municipal de Itajaí - SC

Vicente Romano
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Luís Flávio Menezes
Câmara dos Deputados

Evandro Castanheira Lacerda
Câmara Municipal de Lavras - MG

ASTRAL - Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas

SGAS 902 - Ed. Athenas - Bloco C
Salas 120/127 - Asa Sul - CEP: 70390-020 - Brasília | DF
www.astralbrasil.org | Tel: +55 (61) 3037-3773

ELEIÇÕES

Emissoras legislativas se unem para fazer cobertura inédita com tecnologia e profissionalismo

35



ENTREVISTA

Superintendente da Anatel fala com exclusividade sobre a limpeza da faixa de 700 MHz

31



06 NOTAS E EVENTOS

Saiba tudo o que acontece no mundo da comunicação

08 TENDÊNCIA

O futuro da televisão e da internet debatido no SET EXPO

14 REDE

Vantagens exclusivas de ser associado da Astral

24 LEGISLAÇÃO

Veja como evitar infrações durante fiscalização da Anatel

28 LEILÃO

Operadoras de Telecomunicação arrematam faixa de 700 MHz

42 ASSOCIADOS

Emissoras legislativas apresentam novidades



EMBRASEC
EDITORA & EVENTOS
www.embrasec.com.br

ADMINISTRAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA:
Rua Voluntários da Pátria, 2820 – sala 111
Santana – CEP 02402-100
Tel.: +55 (11) 2283-2563

EDITOR
Carla Bisol | Reg. 9074 DRT/RS
redacao@astralbrasil.org

ADMINISTRAÇÃO E COMERCIAL

Ana Maria Faria de Oliveira
anamaria@embrasec.com.br
comercial@astralbrasil.org

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Janaina Cavalcanti | jan_ac@hotmail.com

CAPA

Murilo Santos

REVISÃO

Isabel Alencar | alencar.isabel@gmail.com

IMPRESSÃO

Silvamarts Gráfica e Editora

VERSÃO ELETRÔNICA

EMBRASEC | web@astralbrasil.org

DISTRIBUIÇÃO

MTLOG BRASIL e CORREIOS

REVISTA DA ASTRAL
ANO 03 | Nº 07 | OUTUBRO/2014



Brasil tem ano mais violento contra profissionais de comunicação

De acordo com relatório sobre liberdade de imprensa da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, em 2013, ocorreram 173 casos de violência, entre assassinatos, agressões, intimidações, censura e condenações. O número é 27% maior que o registrado em 2012 (136 casos). Os casos registrados durante os protestos no primeiro semestre foram responsáveis por boa parte das notificações. No entanto, muitas agressões foram cometidas durante cobertura jornalística de rotina.

O quadro de violência também preocupa pelo avanço do número de assassinatos. No último ano foram sete contra os cinco registros do período anterior. A morte do cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Andrade, em 10 de fevereiro deste ano, colocou o país em alerta.

Outro dado que chama atenção é o número de ataques ao patrimônio de veículos de comunicação. Foram 15 no último ano, cinco a mais que no período anterior.



Profissionais protestam contra violência no trabalho

Começa a migração das rádios AM para FM

O Rio Grande do Norte é o primeiro estado a ter emissoras de rádio autorizadas a migrar de Amplitude Modulada (AM) para Frequência Modulada (FM). O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, assinou em agosto o despacho que permite oito rádios (Trairy, Cultura do Oeste, Cabugi, Ouro Branco, Curimataú de Nova Cruz, Voz do Seridó, Alagamar Rádio Sociedade e Nordeste Evangélica) a fazerem a migração.

As emissoras terão de pagar a diferença entre o valor das outorgas de AM e FM, antes de entrar no ar. Desde março deste ano, o ministério realizou sessões públicas em todos os estados para receber os pedidos de migração dos radiodifusores. Segundo o MiniCom, cerca de 80% das rádios AM brasileiras solicitaram a mudança.

A partir dos pedidos, o ministério e a Anatel avaliam a disponibilidade de espectro. Nas localidades onde é necessário fazer ajustes, a Anatel tem colocado em consulta pública as propostas de alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais.

A migração para a faixa FM atende a uma demanda antiga dos radiodifusores e foi autorizada no fim do ano passado.

Facebook paga U\$ 22 bilhões pelo WhatsApp

O Facebook concluiu, no início de outubro, a compra do serviço de troca de mensagens WhatsApp. A operação, que recebeu aval da Comissão Europeia, havia sido anunciada em fevereiro por US\$ 19 bilhões, a maior parte em troca de ações. Como os papéis da rede social valorizaram, o negócio subiu para U\$ 22 bi. A rede social chegou a anunciar que não pretende fazer do WhatsApp uma plataforma de distribuição de conteúdo, como planeja para o Messenger.



Reunião de TVs legislativas em São Paulo

Representantes de municípios e estados integrantes da Rede Legislativa de Rádio e TV participaram de encontro no final de agosto, no Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo.

As câmaras municipais e assembleias legislativas que estão em operação apresentaram relatos sobre as atualizações necessárias para o período eleitoral. O importante neste momento é ter instalado um equipamento chamado de censura ou dedo-duro operando integralmente. Ele tem a função de gravar todos os canais da Rede Legislativa e armazenar pelo período de um mês, conforme exigência da legislação eleitoral.

As câmaras municipais que estão em fase de instalação puderam tirar suas dúvidas sobre o processo de licitação para compra de equipamentos de transmissão e montagem de estúdio e ouvir as experiências de parceiros que estão no ar. "É muito importante você conhecer como as outras câmaras têm feito, formar essa rede de relacionamento e aprender com a experiência dos colegas", disse Patrícia Montanari, da Câmara Municipal de Jundiaí (SP), que está prestes a licitar os equipamentos para instalação da emissora. "Essa reunião foi muito produtiva porque acabamos por conhecer a realidade de todas as câmaras e tudo isso agrega muito", define Maria Aparecida de Melo, responsável

pela TV de São Sebastião (SP) que acaba de ter o projeto de instalação aprovado pelo Ministério das Comunicações.

A coordenadora da Rede Legislativa, Evelin Maciel, apresentou a nova logomarca da Rede disponibilizada a todos os parceiros, além de vídeos promocionais. Roberto Tavares, assessor de interatividade da Rede Legislativa, apresentou ao público o protótipo do aplicativo de interatividade, desenvolvido pela Câmara dos Deputados, a ser usado nas sessões plenárias.



Encontro possibilita troca de experiências entre emissoras

Mais recursos para Comunicações em 2015

O orçamento do Ministério das Comunicações para o ano que vem será mais gordo: R\$ 1,3 bilhão, 77% maior do que o deste ano, que ficou em R\$ 768,8 milhões. Já para a Anatel, os recursos previstos são da ordem de R\$ 339,1 milhões, depois de descontados R\$ 3,9 bilhões de contingenciamento de uma receita total de R\$ 4,2 bilhões. Para a Telebrás, os recursos destinados chegam a R\$ 946,6 milhões, incluindo os investimentos em cabos submarinos (R\$ 50 milhões) e rede de banda larga (R\$ 500 milhões). Já os recursos para o satélite geoestacionário virão dos Ministérios das Comunicações e da Defesa na ordem de R\$ 748,7 milhões.

Os valores constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o próximo ano (PLOA 2015), entregue em agosto ao Congresso Nacional.



Orçamento maior para investir em telecomunicação

O futuro da Televisão

Analógica ou digital? Paga ou gratuita? HD, 4k, 8k ou 16k? Conectada ou com segunda tela? Com mais ou menos telespectadores? O SET Expo aprofunda a discussão sobre os rumos do principal meio de comunicação dos brasileiros

POR | REDAÇÃO



TV próxima da ficção científica

“A TV digital ainda está na era medieval”

Aguinaldo Boquimpani

Profissionais de televisão apontam para um futuro cada vez mais tecnológico e integrado para a TV no Brasil e no mundo. Eles estiveram reunidos, em agosto, na 25ª edição do Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Televisão (SET), realizada em São Paulo. Em quatro auditórios, mais de 200 palestrantes se revezaram em discussões que indicaram as tendências de produção, transmissão e de mercado para a radiodifusão. Em paralelo, cerca de 300 empresas apresentaram novidades em equipamentos no SET Expo.

Os debates exigiram um exercício de futurologia para os cerca de 1400 participantes. O consultor independente Aguinaldo Boquimpani aponta a ficção científica para determinar algumas tendências, como óculos e relógios com TV integrada. “A TV digital ainda está na era medieval”, resume o consultor.

Para prever o futuro, os especialistas voltaram ao passado. Basta pensar que, em 2004, dez anos atrás, o Facebook era criado e o YouTube nem existia. “O que mudou foi o social. E a relação entre as redes sociais e a TV é um caminho sem volta”, sentencia Boquimpani. O especialista prevê que, “em 2020, teremos mais de cinco bilhões de usuários de internet no mundo, se comunicando com tecnologia 5G e enviando mensagens pelo pensamento”.

Segundo os estudiosos, a internet não deverá tirar espectadores da TV, mas será uma importante aliada no comportamento da população em frente ao televisor. O uso da segunda tela, que possibilita ao telespectador receber mais conteúdos e interagir com programas de TV, já está consolidado no Japão, onde crianças usam o tablet como controle remoto para participar do desenho animado. No Brasil, o uso de smartphone ou tablet enquanto assistem TV começa a ganhar mais adeptos que ainda esbarram em pouco conteúdo disponível no mercado.

“Ao contrário do que se fala que a população tem assistido menos TV, o número de

pessoas em frente ao televisor cresceu no país”, garante o presidente do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), Roberto Franco. Segundo dados do Ibope apresentados por ele, hoje mais de 195 milhões de brasileiros, 97,2% da população, têm pelo menos um aparelho de TV em casa, que fica ligado, em média, quase seis horas por dia. “Em valores absolutos, o número de telespectadores cresceu, principalmente, porque no Brasil as pessoas usam a televisão como principal fonte de informação”, explica o presidente do fórum SBTVD.

Essa característica particular do brasileiro garante cada vez mais investimento em mídia. De acordo com a diretora da PwC, Estela Vieira, em 2018, o gasto publicitário em televisão aberta será superior a R\$ 10 bilhões. “A tendência é o telespectador trocar a TV paga pela internet e acompanhar tudo, ao vivo, por um televisor grande em alta resolução”, prevê a consultora de mercado.

TECNOLOGIA EM FRANCA EVOLUÇÃO

É difícil acompanhar a velocidade de evolução da tecnologia de imagem. O Full HD já foi superado pelo Ultra HD (4K), com resolução quatro vezes maior, e pelo Super Hi-Vision (8K), 16 vezes maior do que o Full HD. E mais uma vez, o Japão sai na frente. O diretor-geral de engenharia da emissora pública japonesa NHK, Yasuto Hamada, apresentou, durante o Congresso da SET, testes que têm sido realizados para implementação da TV 8K Super Hi-Vision, com capacidade de resolução de até 33 milhões de pixels. O experimento aconteceu durante os jogos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Mas o mercado mundial ainda está voltado para o 4k, que começa a deslanchar nos Estados Unidos e na Europa, apesar da produção ainda ser considerada baixa. “As tecnologias 4k e 8k irão conviver juntas por um longo tempo”,



Presidente do fórum SBTVD prevê futuro promissor para mercado



Exibição de tecnologia 8k atrai olhares atentos



Apresentação do executivo da Sony sobre tecnologia 4k lotou auditório

acredita Hamada.

Na feira SET Expo, um estande da própria SET, em parceria com a NHK, fez demonstrações de 8K em TVs de LCD de 85 polegadas que foram desenvolvidas especificamente para o experimento. O 4K contou com uma área de projeção no estande da Sony, com conteúdo captado ao redor do mundo por câmeras nessa tecnologia, além de um projetor de cinema 4K. Diversas outras empresas, como Opic Telecom, Leader, Panasonic e EVS, Imagine Communications, Ericsson, JVC, Grass Valley, For-A e Tektronix, também apresentaram novidades da melhor tecnologia de televisão existente no mercado global.

RUMO À DIGITALIZAÇÃO

Durante o Congresso da SET, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, assinou duas portarias sobre TV digital. Elas garantem regras mais simples para que as geradoras e retransmissoras de TV possam reforçar o sinal em áreas de sombra ou interferência. Agora, as emissoras não precisam mais esperar a autorização do Ministério para reforçar o sinal. Elas ficam liberadas para instalar estações retransmissoras auxiliares para cobrir as áreas, desde que o processo seja feito dentro do seu contorno de cobertura e na localidade para onde tenham outorga. A única necessidade é apresentar um projeto técnico à Anatel.

“Com essa portaria, buscamos um melhor aproveitamento do espectro e melhor qualidade nas transmissões. Com a



Ministro Paulo Bernardo e presidente da SET, Olímpio Franco, na abertura do evento

TV digital, há menos canais disponíveis, por isso há necessidade de fazer essa reorganização do espectro”, explica o ministro Paulo Bernardo.

As novidades foram bem recebidas pelos especialistas em TV. Mas o tema dominante nas palestras sobre regulação foi o desligamento do sinal analógi-

co no Brasil, previsto para começar efetivamente em 2016. A secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Patrícia Ávila, defendeu que o switch off tem por meta manter a cobertura, otimizar o uso do espectro e proteger os serviços contra interferências.

“ Ao contrário do que se fala que a população tem assistido menos TV, o número de pessoas em frente ao televisor cresceu no país”

Roberto Franco

“ Com a TV digital, há menos canais disponíveis, por isso há necessidade de fazer essa reorganização do espectro ”

Paulo Bernardo

O Ministério prevê que o desligamento da transmissão analógica só acontecerá se, pelo menos, 93 % dos domicílios do município tiverem acesso ao serviço aberto e gratuito do sinal digital. A população de baixa renda cadastrada no programa Bolsa Família do governo federal receberá um aparelho de set top box para recepção da televisão digital.

Para orientar a população sobre o desligamento, uma campanha publicitária deverá ser veiculada com, pelo menos, um ano de antecedência. A definição de como será a divulgação cabe ao Fórum SBTVD. “Nós tínhamos que avançar na cobertura e na penetração do sinal digital, mas para isso é preciso comunicar a população”, determinou a executiva do Ministério. ■



SET Expo reuniu 300 expositores e milhares de pessoas em busca de novidades em tecnologia de TV



LEVE A TV DIGITAL PARA SUA CIDADE COM UMA DAS LÍDERES INTERNACIONAIS EM BROADCAST.

Conte com a experiência de 25 anos da SCREEN, uma das líderes italianas na produção de equipamentos de broadcast para televisão, e implante a TV Digital na sua cidade. As soluções completas fazem da Screen a sua melhor escolha e já estão presentes na TV Câmara de São Paulo e de Pouso Alegre.

FÁBRICA NO BRASIL

Agilidade na entrega do produto.

TECNOLOGIA INOVADORA

Garantia de alto desempenho.



SUPORE TÉCNICO

Atendimento rápido e confiável.

MAIS ECONOMIA

Não haverá custo com veiculações de conteúdo de outros canais.

DESIGN COMPACTO

Adaptabilidade e economia de espaço.

POR QUE LEVAR A TV DIGITAL PARA SUA CIDADE:

- Transparência e reconhecimento das atividades dos poderes Executivo e Legislativo.
- Transmissão de programas culturais.
- Presente em algumas câmaras do Brasil, entre elas a de São Paulo.

Av. dos Alecrins, 740 - Distrito Industrial - Pouso Alegre/MG • Tel.: (35) 2102-3100 • info@screenbrasil.com.br

www.screenbrasil.com.br

Screen

10 motivos para se associar à Astral

A Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas entra em nova fase e passa a oferecer conteúdo para emissoras gratuitamente

POR | CARLA BISOL

Cada vez mais atuante nas discussões sobre política de comunicação no país, reconhecida pelos órgãos públicos e outras entidades de radiodifusão, a Astral se consolida como associação de luta pelo fortalecimento das emissoras do Poder Legislativo em todas as esferas. A associação cumpre seu compromisso de representar as casas legislativas junto a poderes, órgãos e associações, estabelecer o intercâmbio técnico e a troca de experiências entre os veículos e estimular a criação de novas emissoras de rádio e de televisão legislativas.

“Com a TV digital, temos a real possibilidade de mostrar ao cidadão tudo o que acontece no Legislativo e aproximá-lo da discussão de leis que interferem diretamente na vida de todos”, defende Rodrigo Lucena, atual presidente e fundador da Astral.

Com a tecnologia digital de televisão, as câmaras municipais e assembleias legislativas podem ter um canal independente, 24 horas no ar, em sinal aberto e gratuito. Isto é possível por meio da multiprogramação, que divide um canal digital de 6 MHz em quatro. Assim, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal – que detêm a consignação – compartilham o canal com as casas legislativas estaduais e municipais.

“Nossa política de comunicação sempre foi voltada para o fortalecimento das TVs privadas. Nós não tínhamos espaço VHF. Com o início das discussões sobre o padrão de TV digital no Brasil, nós começamos a batalhar pelo nosso espaço e construir com os parceiros o que é hoje uma rede nacional de TVs legislativas”, relembra Sueli Navarro, fundadora da Astral e ex-presidente do Comitê Gestor de TV Digital da Câmara dos Deputados.

“Com a TV digital, temos a real possibilidade de mostrar ao cidadão tudo o que acontece no Legislativo e aproximá-lo da discussão de leis que interferem diretamente na vida de todos”

Rodrigo Lucena



Presidente trabalha pelo fortalecimento da Astral

Compartilhamento de conteúdo

A Astral lança um sistema, em parceria com a CloudTV, no qual as emissoras poderão pesquisar material produzido por outras TVs legislativas em vários pontos do país, baixar os arquivos em alta resolução para utilizar em sua grade de programação.

O processo de troca de conteúdo será feito pelo MAM (Media Asset Management), uma ferramenta de gerenciamento de arquivos que permite a busca de produções especiais e documentários produzidos pelas TVs legislativas com filtros de identificação. Para facilitar o processo, o sistema opera com computação em nuvem, sem necessidade de investimentos em hardware ou software para a captura, armazenamento e gestão dos ativos.

Os associados da Astral em dia com a Associação terão acesso ao sistema pela página da Astral na internet. Lá eles pesquisam o assunto desejado, assistem a uma prévia do conteúdo em baixa resolução e fazem o pedido do conteúdo já no formato para ir ao ar. "Isso sem custo algum", explica o presidente da entidade, Rodrigo Lucena.

Leia mais sobre o compartilhamento de conteúdo na página 18.

Base Legal

Algumas assembleias e câmaras encontram dificuldades para formalizar a associação à Astral. Nos últimos anos, os tribunais de contas de vários estados têm se posicionado favoravelmente ao repasse de recursos financeiros para custeio de despesas de associações de órgãos públicos desde que haja previsão na lei orçamentária.

Consultado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o conselheiro Sebastião Helvecio, do tribunal de contas mineiro, defendeu o direito de órgãos integrantes dos poderes Legislativo e Judiciário de celebrarem convênios, entre si ou com terceiros, para a realização de interesse comum.

Segundo seu despacho, "é possível a transferência de recursos, a título de custeio de despesas, para entidades formadas pela associação de órgãos públicos de envergadura constitucional, mediante convênio, desde que autorizada por lei específica, prevista na Lei Orçamentária Anual e em observância às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, artigo 4º, e na Lei Comple-

ASTRAL

Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas

O QUE FAZ A ASTRAL

Representa o interesse das atividades de comunicação das casas legislativas junto a poderes, órgãos e associações públicas

Estabelece o intercâmbio técnico e a troca de experiências entre os veículos e demais instâncias de comunicação das casas legislativas

Dá suporte à implantação, gestão e expansão dos canais de rádio e televisão legislativas, por meio do Conselho Técnico

Estimula a criação e funcionamento das emissoras de rádio e televisão legislativas, independentemente da forma de transmissão, com a priorização do acesso de canais abertos à população

Incentiva ações sobre o papel desses veículos de comunicação em diferentes mídias e plataformas tecnológicas

Promove o debate sobre a função dessas emissoras como instrumento de transparência das ações do Poder Legislativo, de aprimoramento do sistema democrático e do exercício da cidadania

Promove encontros e seminários sobre mídias legislativas

Fomenta a realização de cursos, palestras e treinamentos para profissionais do setor

Organiza arquivos com informações e bancos de dados, de som e imagens, que possam ser compartilhados entre os associados

Informa os gestores de rádios e televisões legislativas sobre as discussões e novidades do setor, pela revista e pelo site da Astral



Sueli Navarro, uma das pioneiras na luta por espaço para as TVs Legislativas

mentar nº 101/2000, artigo 4º, I, f e artigo 26.”

Em 2013, o parecer foi aprovado por unanimidade pelo Pleno do Tribunal. O conselheiro citou a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), Associação Brasileira de Câmaras Municipais (Abracam) e a Associação Brasileira dos Conselhos e Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) como exemplos de associações que recebem contribuições dos órgãos que representam.

Outros tribunais de contas de dois estados também se manifestaram favoráveis à contribuição para associações de órgãos públicos. No Paraná, o Tribunal de Contas do Estado se posicionou a favor de transferências de recursos pelas câmaras municipais, baseado na prática dos próprios tribunais



Equipamentos e Soluções para sua emissora governamental no ar em HDTV

Conte com nossa experiência!
Projetos instalados em mais de 30 câmaras e órgãos governamentais em todo o Brasil.

Projetamos, instalamos e treinamos toda equipe operacional.

- Câmeras Full HD e 4k
- Ilhas de Edição
- Iluminação
- Playout
- Equipamentos com Garantia do Fabricante
- Armazenamento em Full HD
- Servidores de Vídeo HD
- Cenário Virtual



Rua Dr.Zuquim,902 - Santana -São Paulo-SP
Tel: 11 5082-2302 | Site : www.seegma.com.br

 /SeegmaBroadcast

de contas. "O interesse público existente no custeio da associação de tribunais está relacionado com a defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário, integração e intercâmbio de experiências funcionais e administrativas e estudo ligados à administração", trecho expresso em despacho do órgão.

Em Santa Catarina, o tribunal de contas teve o mesmo entendimento. "É legal o repasse de recursos do Poder Legislativo Municipal à entidade representativa das câmaras municipais de vereadores, desde que autorizado por lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme as normas previstas pela Lei nº 4.320/1964 e na Lei Complementar nº 101/2000", declarou o conselheiro relator Moacir Bertoli. 



Conselheiro do TCE / MG, Sebastião Helvécio, defende convênio entre emissoras

COMERCIAL ALL iluminação profissional

Iluminação técnica para estúdios, auditórios, teatros e arquitetura em geral.



Projetos estrutural e elétrico.
Instalação técnica e artística.

18 anos projetando e instalando estúdios em todo o Brasil. Fabricante e importador de equipamentos profissionais de iluminação. Direção de fotografia, cursos de iluminação e operação de câmera, projetos elétricos e artísticos.



LIGUE SEM COMPROMISSO



Sistema de compartilhamento de vídeos começa a funcionar

Serviço exclusivo e gratuito garante 24 horas de programação de qualidade aos associados da Astral

POR | CARLA BISOL



Sistema personalizado para atender às necessidades dos associados da Astral

A partir de agora, as emissoras de televisão associadas à Astral com a anuidade em dia poderão ter acesso a documentários, matérias especiais, programas de entrevista produzidos por outras emissoras legislativas de forma gratuita. O sistema recebe o nome de Rede Colaborativa Audiovisual e foi desenvolvido pela CloudTV, empresa especializada em armazenamento e compartilhamento de dados com computação na nuvem.

O funcionamento é muito simples. Por meio de uma plataforma, o usuário poderá postar o melhor da programação local. É necessário que o vídeo esteja devidamente identificado, com informações, como “cabeça” e crédito dos entrevistados. Todo o material está organizado por pastas em editorias específicas. Caso seja uma série de entrevistas ou um programa especial dividido em capítulos, eles deverão estar agrupados em uma coleção para facilitar a pesquisa.

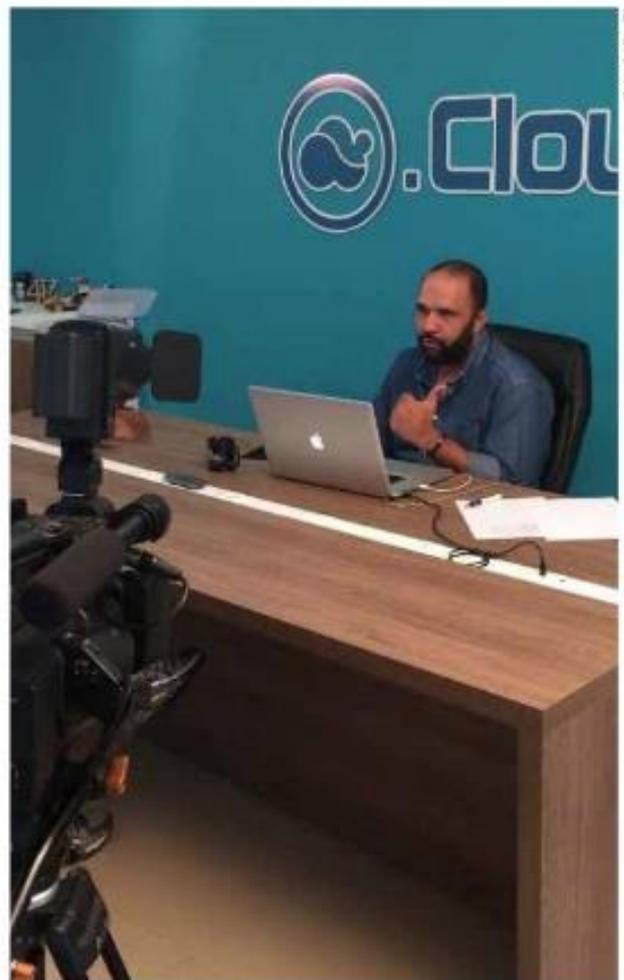
Uma vez o material disponível no sistema, outros usuários cadastrados poderão ter acesso a ele. O primeiro passo é pesquisar programas de interesse por grupos de assunto. A busca está dividida em três áreas: coleção (série de programas), vídeo (arquivo individual e ficha de informações) e clips (fragmento de um vídeo). O usuário pode escolher o material que lhe interessar e assistir em baixa resolução.

Assim que o vídeo for escolhido, a emissora faz a requisição do material e desce o conteúdo em alta resolução, pronto para ir ao ar. O próprio sistema faz a conversão do vídeo para o formato utilizado pela TV.

Já estão disponíveis na plataforma mais de cem vídeos das TVs das Assembleias Legislativas de Minas Gerais e Mato Grosso. É o melhor da produção dessas duas casas nas áreas de cultura, história, conhecimento, educação e esporte, entre outras editorias.

“O serviço atende a uma necessidade fundamental das novas emissoras legislativas quanto ao custo de construção de uma grade de 24 horas de programação, que fica muito mais em conta com a ideia de colaboração. A Astral acredita que, ao viabilizar o sistema, estimula o nascimento de diversas outras emissoras legislativas que poderão concentrar seus esforços na gravação e produção de suas atividades, e preencher o restante da programação com conteúdos de qualidade produzidos em todo o país”, afirma o presidente da Astral, Rodrigo Lucena.

Além da vantagem de receber material de qua-



Murilo Santos orienta associados a usar a ferramenta

“O material a ser enviado para a rede deve ser de interesse coletivo e ter seus direitos cedidos para uso irrestrito”

Murilo Santos



Página inicial apresenta destaques e caminhos para utilização da Rede Colaborativa Audiovisual

PASSO A PASSO

1. Cadastro do associado em dia pela Astral
2. Participante recebe dados para acesso (usuário e senha)
3. Ele acessa o site da Astral (www.astralbrasil.org) que o direciona para o programa de troca de conteúdo (www.astral.cloud.tv.br)

4. Acessada a ferramenta, o usuário terá três grandes áreas para navegar:

Entrada: operações de envio de conteúdo

Gerenciamento: local de pesquisas, catalogação e organização. Após pesquisar, o associado poderá assistir a uma prévia do conteúdo em baixa resolução e apontar os conteúdos de interesse.

Saída: requisições para recuperação de conteúdo. O material selecionado será baixado para um computador pré-designado dentro da estrutura da emissora, já no formato de vídeo utilizado pela TV.



Os vídeos também estão divididos por editoriais para facilitar a busca

lidade para fechar a grade de programação, o sistema apresenta características específicas para as emissoras legislativas, o que deve aproximar ainda mais as TVs em uma grande rede de comunicação pública no país.

“É importante ressaltar que o material a ser enviado para a rede deve ser de interesse coletivo e ter seus direitos cedidos para uso irrestrito”, orienta o diretor executivo da CloudTV, Murilo Santos.

A facilidade de uso, o baixo cus-

to de implantação e a segurança do sistema ampliam o leque de benefícios. Como o armazenamento e gerenciamento da ferramenta são feitos na nuvem, não há necessidade de investimentos em computadores ou programas para usar o serviço. Além disso, os servidores escolhidos pela CloudTV são da Amazon Web Services, com alto grau de segurança e confiabilidade.

“Montamos uma estrutura de servidores na nuvem exclusiva para a Astral. Sendo assim, ne-

num outro cliente da CloudTV compartilha a estrutura com a associação. Isso dá mais velocidade aos processamentos e evita filas cada vez que solicitar ao sistema o envio ou recuperação de algum conteúdo”, explica Santos.

COMO PARTICIPAR

Os associados interessados em participar da Rede Colaborativa Audiovisual devem seguir algumas regras. A primeira delas é estar com o pagamento em dia junto à Astral. O passo seguinte é demonstrar interesse e se cadastrar na associação.

Nesta etapa de implantação, prevista para seis meses, será possível baixar 50 horas de material por mês, divididos entre os interessados.

Definido o número de casas participantes, a CloudTV fará a implantação do sistema na emissora. Será necessário um computador com conexão à internet.

Pesquisa, decupagem de conteúdo e administração da conta podem ser feitas de qualquer computador em qualquer lugar

“ O serviço atende a uma necessidade fundamental das novas emissoras legislativas quanto ao custo de construção de uma grade de 24 horas de programação”

Rodrigo Lucena

do mundo. Basta ter internet e dados de acesso (usuário e senha). Esse processo é feito por um navegador.

Agora, para enviar ou baixar os vídeos, é necessária a instalação de um aplicativo desenvolvido pela empresa. A equipe técnica da CloudTV habilitará um computador para fazer as transferências para a nuvem. A instalação é feita de forma remota, o associado apenas precisa indicar o com-

putador a ser utilizado.

“Montaremos um grupo tutorial, onde reuniremos os associados que já estão com a ferramenta instalada e pronta pra uso e ajudaremos no passo a passo do primeiro uso da ferramenta. Isso será feito on-line, em data a ser definida”, informa Santos.

Para Lucena, “o sistema deverá atender plenamente às necessidades dos associados, de maneira gradativa, porque será o volume de novos associados que permitirá o aumento da capacidade da oferta de conteúdo”.

APRESENTAÇÃO ON-LINE

Os associados da Astral tiveram a oportunidade de conhecer a ferramenta em uma apresentação feita pelos diretores da CloudTV direto de Sorocaba (SP), sede da empresa. Participaram da reunião on-line 20 casas legislativas.

Eles demonstraram o passo a



Pesquisa de material pode ser feita de qualquer computador

https://www.

Bem-vindo ao novo site da Astral!

Ao completar 10 Anos, a Astral dá cara nova ao seu site. Agora ele conta com uma logomarca renovada que transmite a modernidade da radiodifusão pública. É mais um serviço da Associação em benefício das suas associadas.

O acesso é mais dinâmico, facilitando a consulta sobre a Astral, associadas, seus conteúdos, parceiros, notícias, eventos, mídias, legislação e, principalmente, **disponibilizando a leitura on-line da Revista da Astral, desde a sua primeira edição.**



Conheça o novo site www.astralbrasil.org

Anatel exige cumprimento da legislação

A pedido do Ministério das Comunicações ou por denúncia do Ministério Público, agência reguladora fiscaliza emissoras em todo o país. Saiba como estar de acordo com as normas de radiodifusão e evitar infrações

POR | CARLA BISOL

Dia 20 de agosto. Duas horas da tarde. A rotina dos funcionários da TV Câmara de Bauru foi interrompida pela visita de dois agentes de fiscalização da Anatel. Com vários formulários em mãos, os técnicos inspecionaram toda a emissora. Documentos foram solicitados, equipamentos foram medidos e muitas perguntas, feitas.

“Apesar de a emissora estar com tudo em dia e conseguir responder prontamente às dúvidas, nunca é uma situação boa ter seu trabalho fiscalizado”, lembra o diretor de Comunicação da Câmara de Bauru, Marcelo Malacrida que, de imediato, chamou o engenheiro responsável pelo projeto técnico, Luis Gustavo Lopes, para auxiliá-lo no atendimento aos agentes da Anatel.

Para começar o trabalho, os fiscais pediram os documentos obrigatórios para o funcionamento de uma emissora em sinal aberto: a portaria do Ministério das Comunicações com a publicação da consignação (em nome do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados) específica para a cidade, a aprovação de instalação do local emitida pelo Ministério (ou o pedido protocolado) e o ato de autorização de uso de radiofrequência, publicado pela Anatel. Além desses documentos, os fiscais solicitaram a declaração de conformidade com os níveis de irradiação, entre outros itens.



Equipe da Câmara de Bauru recebeu fiscais da Anatel e mostrou equipamentos de acordo com projeto técnico

A vistoria técnica exigiu ainda mais. Os fiscais cobraram dados presentes no projeto técnico elaborado para a instalação da emissora, como coordenadas geográficas, endereços da estação transmissora e do estúdio, tipo e altura do centro de irradiação da antena transmissora, modelo e comprimento da linha de transmissão e potência de operação dos transmissores.

Os técnicos também mediram os níveis de campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz. E com equipamentos específicos, conferiram taxas e fluxos da emissora.

Por fim, os fiscais solicitaram a gravação de um programa do mês anterior e arquivos em texto de uma matéria jornalística que fora ao ar.

O superintendente de fiscalização da Anatel, Marcus Vinícius Paolucci, explica que o órgão atua por demanda. “O Ministério das Comunicações ou o Ministério Público recebe denúncia sobre uma emissora específica e nos encaminha. Como são poucos, os fiscais aproveitam e vistoriam todas as emissoras da cidade ou região”, explica o superintendente.

Ele informa que o maior problema das emissoras brasileiras está relacionado a equipamentos sem certificação. “Essa é uma infração grave”, define.



Superintendente da Anatel classifica de grave uso de equipamentos sem certificação



Diretor de Bauru defende que TVs legislativas sirvam de exemplo

Direito de defesa

A TV da Câmara de Bauru esbarrou em dois itens. O endereço do estúdio, descrito no projeto técnico, era o mesmo da torre, o que não correspondia à realidade. E a falta de um engenheiro responsável pela operação.

Assim que recebeu a notificação, o diretor de Comunicação encaminhou os documentos para a Câmara dos Deputados, responsável pela consignação e pela defesa da estação. O prazo para responder às questões levantadas pelos fiscais da Anatel é de 15 dias. A Câmara Municipal de Bauru precisou corrigir o endereço do estúdio no projeto enviado ao Ministério das Comunicações e contratar um engenheiro para a emissora. Com essas medidas, a Anatel deve acatar a defesa da Câmara e arquivar o processo.

“A obrigação das emissoras legislativas é dar o exemplo quando o assunto é fazer bem feito, sempre de acordo com as exigências da lei”, reforça o diretor Marcelo Malacrida.

De acordo com o Decre-

to Presidencial nº 52.795, de 1963, no artigo 60, “as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora, de potência igual ou superior a 50 KW ou de televisão, deverão manter em seus quadros de pessoal um engenheiro especializado como responsável técnico pela execução do serviço.”

Nesta linha, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) baixou a Normativa nº 056, de 1995, que dispõe sobre o registro e fiscalização das emissoras

de televisão e rádio. “Para registro e fiscalização da rede, deverá ser preenchida uma ART de cargo e função dos profissionais do quadro técnico da emissora líder ou cabeça de rede, no CREA onde estiver situada sua sede.”

Conforme a gerente de fiscalização da Anatel, Simone Brandão, a contratação de um engenheiro pode se dar por prestação de serviço. “O importante é ter um engenheiro que se responsabilize pela operação”, orienta a gerente.

No caso de Bauru, o contratado foi o engenheiro Luis Gustavo Lopes, que havia desenvolvido o projeto técnico da TV e também da rádio da Câmara Municipal. “É muito importante as emissoras estejam atentas à documentação exigida, claro sempre sob a supervisão de um profissional qualificado”, afirma Lopes.

A gerente da Anatel orienta que os laudos de fiscalização passam por uma profunda reformulação e devem ficar mais enxutos. “Algumas normas são muito antigas. Por isso, os laudos precisam ser atualizados”, acrescenta Simone. ■



Engenheiro de Bauru orienta emissora com documentação e questões técnicas

CONFIRA AS NORMAS EXIGIDAS PELA ANATEL

Documentação

- Publicação da Outorga (Portaria de Consignação)
- Cópia do Projeto Técnico com Protocolo
- Aprovação de local (Portaria de APL)
- Ato de Uso de Radiofrequência (Portaria da Anatel)
- Laudo de Conformidade (declaração de conformidade com os níveis de irradiação não ionizante)
- Situação da Outorga (comprovante de pagamento do Fistel)
- Cópia do Acordo de Cooperação Técnica com Câmara dos Deputados ou Senado Federal
- Laudo de Ensaio do Transmissor (emitido pelo fabricante)
- Existência de engenheiro responsável pela emissora

Aspectos técnicos

- Coordenadas geográficas da estação (disponível no projeto)
- Endereços da estação transmissora e estúdio (disponível no projeto)
- Tipo e altura do centro de irradiação da antena transmissora (disponível no projeto)
- Modelo e comprimento da linha de transmissão (disponível no projeto)
- Potência de operação dos transmissores (disponível no projeto)
- Máscara de transmissão*
- Frequência de operação dos transmissores (disponível no projeto)
- MER (Taxa de Erro de Modulação) (valor medido pelo fiscal)
- Análise espectral completa (medido pelo fiscal)
- TMCC e serviços existentes no fluxo de dados (medido pelo fiscal)
- Medição dos níveis de campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz (medido pelo fiscal)
- Aterramento do condutor externo da linha de transmissão (ligada ao transmissor)
- Aterramento dos gabinetes dos equipamentos
- Proteção e aviso junto às partes elétricas com tensão maior que 350 volts
- Carga artificial (obrigatório para emissoras classes A e Especial)
- Inexistência de dispositivos externos que permitam alteração da frequência de operação ou da potência de transmissão

**Há três tipos de máscara de transmissão (não crítica, subcrítica e crítica). Se a máscara utilizada for a crítica, está adequada para todos os casos. Se não for, a máscara utilizada deve estar de acordo com a tabela do artigo 50 da Portaria nº 925, de 22 de agosto de 2014.*

Outros cuidados importantes são conferir se os endereços da estação e do estúdio estão corretos no projeto, se os equipamentos (transmissor, linha de transmissão e antena) e a potência de transmissão são os mesmos do projeto.

Mais uma ação importante é verificar com um GPS a posição da torre.

Informações operacionais

- Gravação da programação de todos os subcanais pelo período mínimo de 30 dias
- Existência de arquivo de texto das matérias e programas jornalísticos exibidos nos últimos 60 dias

Saiba mais: Acesse o site da Astral e confira a legislação na íntegra >
<http://www.astralbrasil.org/legislacao-1/legislacao-para-tv.html>

Verifique as informações sobre sua emissora no site da Anatel >
<http://sistemas.anatel.gov.br/SRD/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp>

Governo vende faixa de 700 MHz para ampliação da banda larga móvel

Vencedoras do leilão devem custear transferência das emissoras para canais mais baixos

POR | REDAÇÃO

A venda da faixa de 700 MHz atinge diretamente as TVs legislativas que, em sua ampla maioria, operam entre os canais 60 e 62. A utilização dessa faixa de frequência do espectro para a banda larga móvel segue uma tendência mundial e obriga a migração desses canais para números mais baixos. O custo de transferência fica por conta das empresas de telecomunicações, vencedoras do leilão.

As principais operadoras de telecomunicação do país se dividiram e arremataram os blocos de frequência de 700 MHz, no leilão promovido pela Anatel em setembro. Apenas a Oi, em grave crise financeira, não participou do leilão. Na soma dos lotes adquiridos por Claro, TIM, Vivo e Algar, foram arrecadados R\$ 5,85 bi. Mas, com ajustes, o Tesouro receberá valor inferior a R\$ 5 bi.



Auditório da Anatel ficou lotado para o leilão da faixa de 700 MHz que foi arrematado pelas teles que operam no Brasil

A Claro saiu na frente para garantir seu pedaço no espectro, ao levar o primeiro lote por R\$ 1,947 bilhão, menos de R\$ 20 milhões acima do preço mínimo definido pela Anatel. No lote seguinte, a TIM fez o mesmo e ofereceu também R\$ 1,947 bilhão. Estava aberto o caminho para a Vivo arrematar o terceiro lote pelo mínimo estipulado em R\$ 1,927 bi. A Algar, empresa que opera no interior do país, ficou com espectro em sua área de operação por R\$ 29,567 milhões.

Conforme as regras do edital, o preço mínimo final arrecadado pelo governo só será conhecido na assinatura do termo de autorização, prevista para novembro. O governo poderá arrecadar mais R\$ 427 milhões se as três operadoras que compraram as licenças nacionais (Vivo, Tim e Claro) quiserem também usar as faixas de 1,8 GHz para cumprir obrigações do edital de 2,5 Gz, vendida em 2012.

Apesar de arrecadar quase 30% a menos do esperado, o governo comemorou o resultado. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, considerou o leilão um sucesso. "Já era esperada a possibilidade de não vender tudo depois que a Oi desistiu de participar, mas conseguimos consolidar a possibilidade de universalização da internet no Brasil com a 4G", disse o ministro.

O presidente da Anatel, João Rezende, defendeu a importância da licitação para o fortalecimento da banda larga móvel e da digitalização da TV aberta no país. "A venda desta frequência faz com que investidores que ainda não estão no país passem a olhar para o Brasil com mais interesse no futuro", afirmou Rezende.



Ministro comemora resultado apesar da baixa arrecadação

Transferência das TVs

Além das outorgas, as operadoras de telecomunicação devem arcar com a limpeza da faixa, ou seja, financiar os novos equipamentos para as emissoras de televisão que serão deslocadas para canais mais baixos no espectro.

A limpeza da faixa permitirá que vencedoras do leilão levem a telefonia móvel de quarta geração e internet em banda larga de alta capacidade inclusive às áreas rurais a um custo operacional mais baixo, uma vez que essa faixa é ideal para a cobertura de grandes distâncias. O prazo para início da oferta da banda larga é de 12 meses após o desligamento da TV analógica.

Segundo o presidente da Anatel, entre os ganhos para o usuário estão a melhor qualidade do sinal de TV digital, apoio no processo de migração para a TV digital, transformação do aparelho de TV digital em plataforma multimídia e otimização de infraestrutura. "Iremos avançar na

>> banda larga de dados e na massificação e digitalização da TV analógica”, afirmou Rezende.

A Anatel calculou em R\$ 3,6 bilhões os custos com migração das emissoras de TV, mitigação de interferências e distribuição de 14 milhões de set top boxes e filtros para a população de baixa renda.

Têm direito ao ressarcimento as emissoras em operação um ano antes do desligamento analógico ou que comprovem investimentos em equipamentos com esse objetivo. De acordo com o edital, esse ressarcimento não será em dinheiro, mas “exclusivamente por meio da aquisição e instalação, ou adaptação, quando possível, de equipamentos e infraestrutura essenciais ao funcionamento dos novos canais”, expressa o documento.

Também serão distribuídos antenas receptoras e converso-

res de sinal digital para 14 milhões de inscritos no programa Bolsa Família do governo federal. Se sobrar dinheiro, o público poderá ser ampliado. Também serão distribuídos filtros contra interferência sempre que necessário.

As empresas vencedoras do leilão deverão cumprir as exigências de nacionalização de equipamentos. Conforme o edital, até o fim de 2016, 65% das aquisições de equipamentos pelas operadoras devem ser 50% via Processo Produtivo Básico, ou seja, produtos fabricados no país, e 15% com tecnologia nacional. Esse percentual sobe para 20% entre 2017 e 2022.

EAD e GIRED

Uma empresa de sociedade privada administrará os recursos necessários para a limpeza do espectro, previstos em R\$ 3,615 bilhões, divididos em quatro parcelas até 2018. A Entidade Administradora da Digitalização (EAD) será criada e mantida pelas operadoras de telecomunicações para ressarcir as TVs, distribuir antenas e conversores e mitigar as interferências. A Anatel e o governo não terão nenhum poder de interferência na atuação da EAD, exceto naquilo que for estritamente de caráter regulatório.

Para definir as metas e o cronograma desse processo, será constituído o Grupo de Implantação da Digitalização (GIRED), formado por representantes da Anatel, do Ministério das Comunicações e das entidades que representam as emissoras de TV e operadores de telecomunicações. O GIRED não deve atuar como um coordenador dos trabalhos da EAD, mas apenas acompanhar o que será feito. ■



Presidente da Anatel defende massificação da internet e digitalização da TV

ENTREVISTA Marconi Thomaz Maya

POR | CARLA BISOL

“Estamos muito seguros que seremos bem-sucedidos na implantação da TV digital no país”



Otimista quanto à migração das emissoras para canais mais baixos por conta da ocupação da faixa de 700 MHz pelas operadoras de telecomunicações, o superintendente de Outorgas e Recursos à Prestação da Anatel, Marconi Thomaz Maya, afirma, com convicção, que os recursos previstos na ordem de R\$ 3,6 bi serão suficientes para a transferência. Veja a entrevista concedida para a Revista da Astral.

“Temos convicção de que o dinheiro é suficiente, porque o cálculo foi feito com a compra de todos os transmissores”

ASTRAL: Os radiodifusores estão preocupados com o valor apresentado pela Anatel de R\$ 3,6 bi para fazer a transferência para os novos canais. Como os senhores chegaram a este valor? Será suficiente?

Marconi Maya: Nós dividimos o custo em dois: transmissão e recepção. A Anatel fez um

levantamento de quantos e quais canais precisavam ser movimentados para liberar a faixa de 700 MHz. Esses canais são elegíveis para receber o ressarcimento. Ou seja, ele opera numa determinada frequência e deve ser transferido para outra frequência. A Anatel cotou quanto custaria

para montar cada uma dessas estações. É claro que terá reaproveitamento de transmissores. Às vezes, você sai de um canal digital em uma determinada frequência e passa para outra frequência, e o transmissor pode ser utilizado, res-sincronizado. Por isso, temos convicção de que o dinheiro



Superintendente da Anatel prevê dificuldades jurídicas para troca de equipamentos das TVs públicas

é suficiente, porque o cálculo foi feito com a compra de todos os transmissores. No lado da recepção, temos a questão da caixinha [receptor], o chamado set top box. A Anatel cotou uma caixa, que não é a melhor do mercado, mas é uma caixa com interatividade e o Ginga embarcado. É uma caixa média na qual você tem alta definição e que serviu de base para calcular o valor na recepção. Ela será distribuída para as famílias do Bolsa Família, acompanhada de uma antena. Depois, serão oferecidos filtros para quem apresentar problemas de interferência. O cálculo de R\$ 3,6 bi foi feito dessa forma com toda a competência de pessoas que trabalham com esse processo.

ASTRAL: Como se chegou ao modelo da Entidade Administradora da Digitalização (EAD) e quanto tempo ela deve operar?

Marconi: Primeiramente, a empresa terá um aporte de capital finito para funcionar. Mas o objetivo da EAD é ajudar na liberação da faixa de 700 MHz. Para que isto ocorra, devem ser cumpridas algumas metas que estão colocadas no próprio edital. Então a EAD não tem um prazo definido para operar, mas ela funcionará enquanto for necessário para a efetividade da liberação da faixa. Ela será mantida para que o outro serviço possa funcionar de forma harmônica e as pessoas utilizem o serviço móvel de quarta geração e o serviço de radiodifusão sem haver interferências.

ASTRAL: Os radiodifusores terão papel na EAD?

Marconi: A EAD é a empre-

sa que irá administrar e tem o GIRED, o grupo de gestão, onde estará a governança da EAD. Ali tem assento para o radiodifusor. O GIRED será composto pelas empresas vencedoras do leilão, os radiodifusores, a Anatel e o Ministério das Comunicações.

ASTRAL: Que garantias a Anatel dará para os novos equipamentos? Serão de fabricação nacional?

Marconi: Com a organização do GIRED, esse assunto será tratado com certeza. Se você tem uma rede baseada em uma determinada tecnologia, isso será considerado dentro do GIRED e da EAD. Como colocar um transmissor diferente, se todos os outros são de outro modelo? Então, também será necessário prover backups e assistência técnica. É razoável que haja manutenção da montagem atual. Uma mudança não pode aviltar sua condição. Por exemplo, meu parque todo é de uma marca e mudo para outro fabricante. Eu não posso mudar a ponto de causar um problema operacional para a empresa. Isso será trabalhado dentro da EAD.

ASTRAL: Qual será a prioridade de troca de equipamentos? Por onde começar?

Marconi: Vamos começar por Rio Verde, em Goiás. O cronograma [de desligamento do sinal analógico] já foi apresentado pelo Ministério das Comunicações. Nossa preocupação é fazer com que a EAD e o GIRED comecem a funcionar o mais rápido possível. Assim, cria-se a empresa e ela e o GIRED começam a trabalhar no equacionamento para criar a figura operacional que deve ser desempenhada para que se alcance o objetivo de ter a faixa liberada.

ASTRAL: Será possível alcançar 93% da população brasileira com sinal digital para o desligamento do analógico?

Marconi: Pelo lado da recepção, os receptores já saem hoje com a possibilidade de receber o sinal digital. É claro que tem um legado que pode ser suprido com a caixinha. Então a população vai ter acesso. Minha única preocupação é se a indústria terá a disponibilidade de equipamentos para serem adquiridos pela maioria da população. Com isto confirma-

“ A orientação é entrar no ar, na frequência que está programada para a TV Legislativa e esse custo será absorvido totalmente pela EAD ”



do e, como a população com cadastro do programa Bolsa Família irá receber o set top box, os brasileiros estarão em condições de sintonizar a TV digital. As questões pontuais devem ser tratadas. A EAD terá um centro de atendimento no qual lidará com todos os problemas que surgirem, fará uma visita ao local, verá o problema e procurará mitigar a dificuldade apresentada.

ASTRAL: Como ficam as emissoras legislativas que não podem receber doação?

Marconi: A orientação é entrar no ar, na frequência que está programada para a TV Legislativa e esse custo será absorvido totalmente pela EAD. Temos essa preocupação de como juridicamente

será feito, porque, se você perder esse equipamento (esse ativo) e ganhar outro, isso deve ser internalizado também do ponto de vista legal. Isso é realmente uma preocupação mais da administradora do que do gestor público.

ASTRAL: O senhor sabe que há mais de 400 pedidos de canais para as câmaras municipais. O que dizer para as casas que têm recursos para instalação de TV e esperam canal?

Marconi: A inclusão de canais é uma atividade cotidiana da nossa equipe técnica. O pedido de inclusão de novos canais parte do Ministério e a Anatel acata. A legislação hoje vigente determina que o pedido de novos canais seja feito pela Anatel por solicitação do

Ministério. Nós fazemos o estudo de viabilidade técnica e, tão logo seja possível, abrimos consulta pública e, com certeza, deve sair alguma coisa. A inclusão de novos canais legislativos está em análise e vamos liberar assim que seja possível.

ASTRAL: O Brasil corre o risco de voltar para o analógico?

Marconi: Projetamos muito bem esse processo para não haver retrocesso. Nós acreditamos muito que temos nos preparado para a efetivação dos comandos postos hoje sem possibilidade de retorno. Aprendemos com os outros países que já fizeram, que tiveram sucesso, que apresentaram alguns problemas para compreendermos e não cometer os mesmos erros. Estamos muito seguros que seremos bem-sucedidos na implantação da TV digital no país. 

Integração de emissoras na maior cobertura já realizada pelo Poder Legislativo

Veículos de comunicação das casas legislativas inovam, investem em tecnologia e oferecem à população um enfoque diferente voltado para as eleições proporcionais no país

POR | CARLA BISOL



Mochilink - mochila que transmite ao vivo pela internet foi usada por várias emissoras legislativas

O primeiro turno das eleições de 2014 foi marcado pela união das emissoras públicas na divulgação de todos os detalhes do maior pleito da história deste país. Profissionais de comunicação das casas legislativas trabalharam em conjunto para transmitir ao vivo o voto e as declarações dos principais candidatos, além dos números atualizados dos tribunais regionais eleitorais. Jornalistas e técnicos também percorreram o Brasil para mostrar o exercício da cidadania dos mais de 140 milhões de eleitores.

Nos estúdios, as emissoras do Legislativo estiveram no ar, por horas a fio, para analisar os resultados e discutir os principais desafios de senadores, deputados federais e estaduais eleitos neste ano.

A dimensão dessas eleições exigiu esforço integrado dos veículos de comunicação do Senado Federal, Câmara dos Deputados, assembleias estaduais, câmaras municipais, além de emissoras educativas, universitárias e públicas na maior cobertura já realizada pelo Poder Legislativo.

TELEVISÃO AO VIVO

Nacionalmente, a TV Senado e a TV Câmara fizeram coberturas especiais no domingo de eleições.

No Senado, os flashes começaram ao meio-dia, direto da sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Outros boletins ao vivo foram ao ar a cada duas horas. A partir das 17h, um programa especial discutiu os desafios que os eleitos enfrentarão em seis áreas – economia, segurança, saúde, relações internacionais, educação e política. Durante a programação, jornalistas de vários estados se revezavam com os números atualizados na disputa pelos cargos do Legislativo.

“Os veículos de comunicação do Senado trabalham em cima de dados concretos, informações oficiais. Não trabalham muito a ideia de prospecção, de debate político partidário, até pela natureza do Senado. Nossos veículos são mais formais na cobertura”, definiu o secretário de comunicação, Davi Emerich.

A TV Senado não ficou somente nas capitais. Uma equipe de reportagem foi até a dis-



TV Câmara analisou os resultados das eleições proporcionais direto do Salão Verde com convidados especiais



TV Senado dividiu espaço com as grandes emissoras e transmitiu a totalização dos votos direto do TSE

tante Chaves, localidade de difícil acesso na Ilha de Marajó (PA), onde cerca de 12 mil pessoas votaram neste ano.

Na TV Câmara dos Deputados, a programação especial de eleições começou pela manhã e se estendeu até o final da totalização dos votos. Além dos repórteres da emissora, jornalistas entraram no ar com notícias atualizadas em nove estados. Em parceria com as assembleias estaduais, a TV Câmara disponibilizou um equipamento para transmitir ao vivo o voto dos três principais candidatos à presidência da República. O mochilink é uma mochila com um modem acoplado com capacidade de transmitir, via internet móvel, imagens ao vivo.

“Esta foi a primeira vez que transmitimos ao vivo de outro estado um acontecimento político importante, no caso os principais candidatos a presidente votando, cada um em seu estado: Dilma no Rio Grande do Sul, Aécio em Minas Gerais e Marina no Acre. Isso foi possível graças a parcerias com os jornalistas das respectivas assembleias legislativas”, comemorou o diretor de jornalismo da Câmara, Antônio Vital.

No estúdio de Brasília, três programas apre-

“ Esta foi a primeira vez que transmitimos ao vivo de outro estado um acontecimento político importante, no caso os principais candidatos a presidente votando, cada um em seu estado”

Antônio Vital
Diretor de jornalismo da TV Câmara



TV ALUSC repercutiu informações atualizadas ao vivo do TRE e integrou a cobertura da TV Câmara

“A cobertura dessas eleições mostrou todo o potencial das emissoras legislativas. Profissionais engajados, equipamentos de ponta e uma linha editorial diferenciada, voltada para as eleições proporcionais”

Rodrigo Lucena
Presidente da Astral

sentados ao vivo abordaram as eleições. No “Brasil Caipira”, pela manhã, além das atrações musicais, um consultor tirou dúvidas dos eleitores sobre a votação. Após, o “Participação Popular”, ao meio-dia, discutiu como acompanhar e fiscalizar seu candidato, com a entrada ao vivo de Assembleia de Santa Catarina. Esse programa também foi transmitido pela Rádio Câmara. À tarde, foi a vez do “Câmara Ligada” debater a participação do jovem na política.

EXPERIÊNCIAS ESTADUAIS

Nos estados, as TVs das assembleias legislativas também apresentaram agilidade e parceria com as câmaras municí-

país para mostrar o voto dos principais candidatos, a formação das bancadas estaduais e o debate sobre os rumos do Parlamento com as especificidades regionais.

Em Minas Gerais, a ALMG inovou, com flashes ao vivo, transmitiu a votação de candidatos e superou, inclusive, grandes redes de TV no quesito instantaneidade. Os profissionais utilizaram a tecnologia do mochilink para transmitir ao vivo de três pontos de Belo Horizonte.

“Transmitimos ao vivo os votos dos candidatos majoritários, Fernando Pimentel e Pimenta da Veiga, e ainda do candidato à presidência que votou em Belo Horizonte, Aécio Neves. À noite, repetimos

a estratégia, após os resultados, com as coletivas dos candidatos. Esse foi um avanço tecnológico que inaugurou uma nova tendência em nosso trabalho, que no geral foi muito positivo”, afirmou a gerente-geral de Rádio e Televisão da ALMG, Patrícia Porto.

A experiência se repetiu em várias TVs de assembleias legislativas, como no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, entre outras. No Rio Grande do Norte, a TV Assembleia fechou parceria com jornalistas nas cidades do interior onde a TV tem repetidoras em sinal aberto ou na TV por assinatura.

Inovação também nas TVs das câmaras municipais. A TV

de Piracicaba (SP), por exemplo, fez história. Pela primeira vez, a emissora teve uma transmissão externa ao vivo, direto do cartório eleitoral da cidade. A tecnologia utilizada também foi o mochilink. A emissora ficou no ar por mais de quatro horas e foi assistida em 62 cidades do país, pela TV aberta ou pela internet.

“A cobertura dessas eleições mostrou todo o potencial das emissoras legislativas. Profissionais engajados, equipamentos de ponta e uma linha editorial diferenciada, voltada para as eleições proporcionais, muitas vezes, colocada em segundo plano pelas emissoras comerciais”, resumiu Rodrigo Luceña, presidente da Astral.



Primeira entrada ao vivo da história da TV Câmara de Piracicaba (SP) também usando a tecnologia do mochilink



Campanha do Senado usa bom humor para alertar sobre importância do voto

RÁDIO EM TODO O PAÍS

Pela agilidade de entrar ao vivo de qualquer lugar do país ou do mundo por telefone, as emissoras legislativas mostraram mais uma vez a capacidade de divulgar informação com análise aprofundada dos dados.

A Rádio Senado, por exemplo, começou sua transmissão especial pela manhã, com boletins de hora em hora, do TSE, das ruas de Brasília, dos estados, com a participação de rádios conveniadas e dos consulados em Tóquio, Nova York, Lisboa e Buenos Aires. A cada duas horas, a Rádio Senado transmitiu o Giro Nacional de Notícias da Rede Pública de Rádios, em rede com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O boletim também transmitido pela Rádio Câmara.

Na Câmara dos Deputados, a rádio contou com matérias de serviço e reportagens em parceria com 28 rádios espalhadas por todo o Brasil, com o clima das votações em diferentes cidades. Durante toda a cobertura, cientistas políticos, advogados e especialistas fizeram análises sobre o funcionamento do processo eleitoral e os principais problemas e desafios a serem enfrentados pelos candidatos eleitos.

O mesmo fizeram as rádios das assembleias. Em Minas, a Rádio Assembleia firmou parcerias com emissoras em 52 cidades brasileiras, além da Rádio Câmara, em Brasília.

PORTAIS LEGISLATIVOS E REDES SOCIAIS

Quando o seu
deputado é eleito,
você também é.
#PesquiseConheçaVote

Escolher bem o seu representante na Câmara dos Deputados exige informação. Por isso, antes de votar no seu candidato pesquise e conheça as propostas dele. Assim que você, eleito, descobre se está bem representado na Câmara. Afinal, a qualidade das nossas políticas e das nossas leis depende de uma escolha consciente de todos nós.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Campanha reforça democracia representativa na Câmara dos Deputados

Os canais de comunicação do Poder Legislativo na internet também mostraram agilidade na divulgação dos votos. A maioria das casas legislativas criou um hotsite para concentrar as informações sobre as eleições e facilitar o acesso da população.

Mas a comunicação pela rede foi além da cobertura dos fatos. Campanhas pelo voto consciente para cargos do Legislativo foram amplamente divulgadas nas redes sociais.

No Senado, o pessoal da publicidade desenvolveu a campa-

inha lúdica com a hashtag #seu-votofazosenado. A intenção foi estimular o eleitor a pensar sobre o Legislativo e assim perceber que o Parlamento exerce funções importantes e trabalha para elaborar leis que melhoram as condições de vida do cidadão em seu dia a dia. A campanha direcionada para as redes sociais alcançou mais de 400 mil pessoas no Facebook.

Esse foco se deu porque o eleitor se interessa prioritariamente para a disputa no Executivo, em especial para o car-

go de presidente da República. Uma análise das três últimas eleições aponta um índice de votos nulos e brancos em torno de 35% para os cargos de senador e deputado, o dobro do verificado para cargos do Executivo, de aproximadamente 17%.

A Câmara dos Deputados desenvolveu um projeto para estimular a correlação entre a escolha do eleitor e a qualidade da representação popular na instituição. Campanhas como "Voto Consciente" e "Vote Bem" convidaram os cidadãos a se informar mais sobre candidatos, partidos, suas propostas e formas de atuação antes de votar. Outra iniciativa foi a inclusão de uma peça teatral interativa durante as visitas guiadas ao Palácio do Congresso Nacional. Atores caracterizados de políticos conversaram com os visitantes e abordam alguns fatos relevantes para o fortalecimento da democracia. O público participou manifestando sua opinião sobre os temas apresentados. A iniciativa foi chamada de "Quando seu deputado é eleito, você também é" com a hashtag #PesquiseConheçaVote.

Na mesma linha, as assembleias e câmaras municipais também desenvolveram campanhas sobre a importância do voto e possibilitaram o acesso às informações, tanto do noticiário on-line quanto da cobertura da TV, pelo celular ou tablet, com aplicativos gratuitos.

Em Piracicaba, por exemplo, internautas puderam acessar o conteúdo da TV, ao vivo, pelo site da Câmara Municipal. Segundo dados do Google Analytics, a programação especial foi vista em grandes cidades de São Paulo, como Campinas e Sorocaba, e em outros países, como Moçambique, Irlanda, Espanha, Canadá e Estados Unidos. ■

■ TV ALMG

Documentário da TV Assembleia vence prêmio nacional

Produção sobre episódio em Governador Valadares que antecedeu o golpe de 1964 ganha o Prêmio Vladimir Herzog

POR | REDAÇÃO

O documentário "Na Lei ou na Marra: 1964, um combate antes do golpe" da TV Assembleia de Minas Gerais (ALMG) venceu o 36º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, na categoria documentário de TV. Um dos mais prestigiados do país, o prêmio é organizado pelo Instituto Vladimir Herzog, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), entre outras entidades.

O documentário foi exibido pela primeira vez em março deste ano, como parte de uma extensa programação da ALMG para lembrar os 50 anos do golpe de 1964. A repercussão da

conquista do prêmio fez com que a produção voltasse à programação da TV Assembleia.

Segundo o diretor da TV Assembleia, Rodrigo Lucena, o prêmio, inédito na história da instituição, é um reconhecimento pela criatividade, dedicação e esforço de toda a equipe, que competiu com grandes veículos de comunicação de todo o Brasil. "O documentário é um produto diferenciado da TV Assembleia, resultado da coragem de nossa equipe em arriscar um formato novo e do entusiasmo para superar todas as dificuldades", destaca. De acordo com ele, o projeto "Narrativas", inaugurado pelo documentário premiado, é um novo gênero na grade de programação da TV Assembleia

que terá sequência com, pelo menos, duas produções por ano.

Durante a sessão pública para análise dos projetos inscritos, exibida pela internet, os elogios foram inúmeros. O diretor do Oboré e um dos curadores do prêmio Vladimir Herzog, Sérgio Gomes, classificou o trabalho como magnífico, excepcional. "Esse trabalho demonstra o papel indispensável das TVs públicas, capazes de produzir um material sem a pressão das emissoras comerciais. Uma TV privada teria dificuldade de realizar esse documentário. É um documento extraordinário que servirá para a juventude entender melhor a momento histórico recente do nosso país", afirmou Sérgio Gomes.

Resultado do trabalho em equipe

A equipe que coordenou a produção do documentário é formada por Priscila Dionízio, Marcos Barreto, Erick Araújo, Tatiane Fontes e Leandro Matosinhos. Também foi mobilizada boa parte da equipe técnica da TV Assembleia. "Foi um trabalho coletivo, com todos se revezando nas funções. Essa química deu certo e cada um tem um pedacinho desse sucesso", define

NA LEI OU
NA MARRA
1964
um combate
antes do GOLPE

Documentário relata história de ataque a sindicato e sede de jornal antes do golpe de 1964



Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas com a presença de João Goulart, em Belo Horizonte, em 1961



Depoimento de Chicão, peça-chave para reconstituir a história do episódio

Marcos Barreto, produtor da TV Assembleia. Segundo ele, a primeira ideia da criação de um documentário surgiu em setembro de 2013 e, após muitas discussões sobre seu formato, o trabalho de produção começou em novembro e se estendeu até março, quando foi finalizado.

Nesse caminho, dificuldades foram superadas e deram mais valor ao prêmio conquistado agora. Entre elas está a localização de um personagem central da trama, o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares (Vale do Rio Doce), Francisco Raymundo

da Paixão, o “Chicão”, que ainda hoje prefere manter seu paradeiro no anonimato. A equipe da TV Assembleia também conseguiu levar de volta a Valadares o jornalista Carlos Olavo da Cunha Pereira, fundador do jornal “O Combate”, que reviveu os lances históricos vividos às vésperas do golpe militar que deram forma ao documentário.

Resgate de episódio pouco conhecido

O documentário conta

como, em 30 de março de 1964, milícias lideradas por fazendeiros de Governador Valadares atacaram o sindicato e a sede do jornal, que apoiava a luta dos lavradores pela reforma agrária. O fato foi emblemático na escalada de tensões que antecederam o golpe e na onda de perseguições que se estendeu com a tomada do poder pelos militares, situação que se repetiu em diversas regiões do país. Dessa forma, o episódio, ainda pouco conhecido e divulgado pela história oficial, é narrado no documentário por seus principais líderes.

O conflito no Vale do Rio Doce refletiu a atmosfera de tensão político-social no campo em todo o país na década de 1960. Foi uma época de protestos e marchas organizados por associações, sindicatos e ligas dos camponeses e violenta reação dos latifundiários às propostas de reforma agrária anunciadas pelo presidente João Goulart. O documentário traz ainda o olhar de historiadores sobre a violência dos conflitos agrários que sacudiram a região, com uma linguagem, na visão de Marcos Barreto, mais “arejada”.

“A região de Governador Valadares era estratégica por ser uma das últimas fronteiras agrícolas do país. O Chicão chegou a ser recebido por João Goulart, defensor da reforma agrária. Da mesma forma, as lideranças dos fazendeiros da região também procuraram Carlos Lacerda (governador do Rio de Janeiro e um dos principais expoentes da oposição que apoiou o golpe de 1964). A tensão era crescente por todo o país e essa história ocorrida aqui em Minas ilustra bem o panorama da época”, aponta Barreto. [▶](#)

■ TV ALRS

Assembleia gaúcha conquista prêmio de jornalismo ambiental

Série de reportagens que retrata características do bioma pampa venceu o troféu José Lutzenberger

POR | SIMONE FERNANDES

A série especial da TV Assembleia do Rio Grande do Sul sobre o bioma pampa conquistou o primeiro lugar, na categoria telejornalismo, do Prêmio José Lutzenberger de Jornalismo Ambiental. O concurso é promovido em parceria com a Associação Riograndense de Imprensa (ARI), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-RS) e Braskem.

O especial de quatro ma-

térias fala sobre a complexidade e a diversidade da flora e da fauna do bioma pampa. A complexidade dos ecossistemas do pampa se diferencia dos demais biomas brasileiros por gerar condições para a produção no campo nativo preservado. A série mostra opções para um manejo sustentável, que privilegia a criação de gado, forte influência cultural e econômica da região. A produção da série tem a

colaboração de pesquisadores do Grupo de Pesquisa Campos Sulinos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As reportagens são do jornalista Carlos Hammes, com edição de texto de Joema Telles, edição de imagens de Fernanda Acosta e imagens de Eduardo Izquierdo e Paulo Coelho. As matérias foram preparadas durante o segundo semestre de 2013 e exibidas pela primeira vez na TV Assembleia em fevereiro de 2014.

O prêmio incentiva a divulgação de experiências positivas, com destaque para a aplicação de novas tecnologias, em especial na área do saneamento ambiental, bem como esforços de empresas e entidades, escolas e universidades, pessoas e instituições públicas e privadas na busca de soluções para o setor.



Journalistas entrevistaram especialistas no bioma pampa no interior do RS

■ TV CÂMARA DE MARÍLIA

Câmara Municipal inaugura TV digital e aberta

Solenidade reuniu autoridades para celebrar passo importante na comunicação do legislativo local

POR | REDAÇÃO

O dia 21 de agosto foi um marco para a transparência e democratização das informações do Legislativo Municipal de Marília (SP). A TV Câmara digital em sinal aberto foi inaugurada em sessão solene e transmitida ao vivo pelo canal 61.3.

Estiveram presentes na cerimônia todos os vereadores desta gestão, ex-vereadores, autori-

dades municipais, jornalistas e representantes de entidades de comunicação, além de diretores das TVs Câmaras de Bauru, Ribeirão Preto, Piracicaba, também o presidente Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas, Rodrigo Lucena, e a coordenadora da Rede Legislativa de Rádio e TV da Câmara dos



Plenário lotado para sessão solene de inauguração da TV Câmara de Marília

Deputados, Evelin Maciel.

A sessão foi presidida pelo presidente da Câmara, Luiz Eduardo Nardi, que destacou a nova etapa de aproximação entre o munícipe e o vereador e ressaltou que o investimento neste projeto é uma forma de garantir a transparência pública. "A abertura deste canal fortalecerá a interação entre a comunidade e o Legislativo. Todos poderão acompanhar os trabalhos desenvolvidos em nossa Casa de Leis de maneira muito transparente", discursou Nardi.

Para o diretor da TV Câmara, Cido de Almeida, este novo sistema de transmissão em TV aberta expandirá a grade de

programação. "Não nos limitaremos às transmissões, ao vivo, das sessões ordinárias, extraordinárias e solenidades, nossa grade de programação terá cultura, lazer, esporte, notícias, utilidade pública, enfim, será um espaço voltado para nossa comunidade", afirmou Almeida.

A Rede Legislativa, além da TV Câmara Municipal de Marília, transmite a programação da TV Câmara dos Deputados (canal 61.1) e Assembleia Legislativa de São Paulo (canal 61.2). A emissora poderá ser assistida nas TVs com conversor integrado e nos aparelhos convencionais analógicos que utilizam um conversor digital UHF.



Coordenadora da Rede Legislativa, Evelin Maciel, e o presidente da Câmara de Marília, Luiz Eduardo Nardi

Bauru se prepara para instalação da Rádio Câmara

Câmara dos Deputados recebe primeiro projeto técnico da Rede Legislativa de Rádio para uma cidade do interior do país

POR | REDAÇÃO

A Câmara Municipal de Bauru (SP) trabalha para colocar no ar o canal de FM, frequência 93,9 MHz, em parceria com a Câmara dos Deputados. Assim que o parceiro federal recebeu a consignação, em fevereiro deste ano, o presidente da Câmara Municipal, Alexssandro Bussola, demonstrou interesse em instalar a emissora.

“Nós recebemos o desafio da Rede Legislativa para começar a implantação do modelo de rádio pelo interior. De pronto, aceitamos porque Bauru tem em seu DNA o rádio. Isso significará mais uma contribuição

para transparência e cidadania da população”, disse o diretor de Comunicação da Câmara de Bauru, Marcelo Malacrida.

As duas Casas Legislativas irão compartilhar o tempo de programação a fim de oferecer ao cidadão as informações do Legislativo federal e local. Neste acordo, a Câmara Municipal de Bauru arcará com os custos para a instalação da operação.

O projeto técnico foi analisado pela engenharia da Câmara dos Deputados e submetido ao Ministério das Comunicações para aprovação. Enquanto isso, a Câmara de Bauru trabalha na licitação

dos equipamentos digitais.

A Câmara de Bauru é uma das pioneiras também em TV Digital. A emissora, integrante da Rede Legislativa de TV Digital, está no ar desde julho de 2013.

Rede Legislativa de Rádio

A expansão do sinal da Rádio Câmara teve início em 2013. A Câmara dos Deputados adquiriu, no ano passado, por meio de licitação, o sistema irradiante para Cuiabá (MT), onde é realizado o projeto piloto da Rede Legislativa de Rádio, em parceria com a Assembleia Legislativa do Mato Grosso. O investimento foi de R\$ 900 mil.

O Ministério das Comunicações já liberou para a Câmara dos Deputados a consignação para canais de rádio em frequência modulada (FM) para Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Salvador (BA), Jaboaão dos Guararapes (PE), Belém (PA), Campo Grande (MS), Macapá (AP), São Luís (MA), Teresina (PI), Montenegro (RS), Bauru (SP), Mogi Das Cruzes (SP), Ourinhos (SP), Penápolis (SP), Santos (SP), Divinópolis (MG), Montes Claros (MG), Uberlândia (MG), Santarém (PA), Ponta Grossa (PR) e Quatro Barras (PR).



Diretor de Comunicação de Bauru entrega projeto ao vice-presidente da Câmara dos Deputados

■ TV CÂMARA DE JATAÍ

Uma união bem-sucedida entre o bom e o barato

Câmara de Jataí adquire equipamentos para transmissão das atividades parlamentares via internet

POR | REDAÇÃO

Enquanto espera pela liberação de seu canal aberto, a TV Câmara de Jataí, cidade de quase 100 mil habitantes, situada no sudoeste de Goiás, transmite apenas pela internet. Com uma estrutura enxuta, a emissora divulga os atos dos vereadores e cobre eventos públicos de relevância, além, evidentemente, de transmitir ao vivo todas as sessões e audiências públicas realizadas em plenário.

Sem jamais extrapolar sua realidade financeira, a TV optou por equipamentos e programas eficientes e acessíveis do ponto de vista econômico. Para transmitir programas gravados ou ao vivo, há uma grande oferta de equipamentos (caros) necessários para o funcionamento

de uma TV. Para transmissões ao vivo são necessários mesa de corte de vídeo, gerador de caracteres, gravadora, playlist de vídeo, etc. Desse modo, a Câmara da cidade goiana deparou-se com as seguintes questões: o que comprar? Analógico ou digital?

Infelizmente, quando se trata de TV, nada é barato. No entanto, existe uma miríade de produtos alternativos no mercado. "Foi aí que nós encontramos uma solução barata para a nossa realidade de transmissões via internet e que nosso amigo Sérgio Figueiredo, da Câmara de Ribeirão Preto (SP), também usa", informou o técnico de áudio e vídeo e diretor da TV Câmara, Giorgio Henrique

Assis. "Trata-se de um software chinês de US\$ 899,00 com pacote completo que permite também a aquisição de uma controladora por mais US\$ 900,00".

De acordo com os cálculos de Giorgio Assis, um computador com oito entradas SDI, dotada de uma saída SDI, com uma placa de vídeo tipo GTX 670 com 16 gigabytes de memória, mais software e controladora, deve chegar ao valor final de R\$ 20 mil.

O software VJDirector, que apresenta uma interface customizada pelo usuário, tem a capacidade de mostrar até 10 telas, tanto para câmeras quanto para vídeos, além de outras possibilidades: a inserção de até quatro logos ao mesmo tempo, chroma key ao vivo, gravação em vários formatos, inclusive em mais de um lugar no disco rígido, envio da imagem que está indo para a internet, por exemplo, para outra tela na saída da mesma placa de vídeo, suporte para saída de cartão (no caso, uma saída SDI), saída virtual device, que gera imagem virtual para outro software, e vários efeitos de transição com até duas telas ao mesmo tempo.



Ilha de edição e transmissão ao vivo pela internet das sessões da Câmara Municipal de Jataí

TV Câmara estreia programa em parceria com Universidade

“Universidade e Comunidade” apresenta ações desenvolvidas pelos profissionais da Universidade Federal da São Carlos

POR | REDAÇÃO

A Câmara Municipal de Araras (SP) estreou o primeiro programa de televisão em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Semanalmente um grupo de docentes e técnicos administrativos apresenta e discute temas atuais e trabalhos do campus de Araras.

No primeiro programa, exibido no início de outubro, foi abordado o tema “Universidades: sua história e perspectivas”, tendo como entrevistado o vice-reitor e professor doutor do Departamento de Física da UFSCar - Campus São Carlos, Adilson de Jesus Aparecido de Oliveira. Com participação dos professores Estefano Vizconde Verasztó (professor adjunto do DCNME, UFSCar Araras) e Jozivaldo Prudêncio Gomes de Moraes, diretor do Campus Araras da UFSCar.

“A UFSCar de Araras tem na sua formação três grupos de profissionais: os remanescentes do Instituto do Açúcar e Alcool, os contratados para o início das atividades da UFSCar e os ligados ao projeto REUNI. Nesta trajetória, houve um expressivo acúmulo de habilidades trabalhadas no campus que ainda é pouco conhecida da comunidade”, explicou o diretor, professor

Jozivaldo de Moraes.

O presidente da Câmara Municipal, Breno Cortella (PT), agradeceu a ação conjunta com a UFSCar. “É muito bom poder contar, já nessa fase inicial de atividades do canal legislativo, com os conhecimentos acadêmicos da universidade federal pública que temos muito orgulho de ter presente em nossa cidade”, disse o presidente.

O programa tem duração de 30 minutos e as gravações

acontecem na própria Câmara Municipal de Araras, que dá suporte com a estrutura e equipe técnica.

A parceria com universidades está prevista nas diretrizes da Câmara Participativa e Escola Legislativa e tem como objetivo levar à população mais conhecimento, cultura e informação, seguindo os mesmos parâmetros da criação da TV Câmara dos Deputados e TV Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo).



Programa aproxima comunidade de Araras a atividades da Universidade



Fórum **Brasil** de **Comunicação** **Pública 2014**

Os caminhos da Comunicação Pública são traçados pelo diálogo. Pensando nisso, a Câmara dos Deputados vai realizar o Fórum Brasil de Comunicação Pública, com o objetivo de debater o acesso, a qualidade e a gestão das políticas para a área. O evento conta com a presença de parlamentares, ministros e especialistas no assunto. Participe!

**13 e 14 de novembro de 2014,
das 9 horas às 18h30**

**Auditório Nereu Ramos da Câmara
dos Deputados, Brasília/DF**

**Faça sua inscrição, acesse:
Portal da Câmara > Participe > Eventos**

**FRENTE PARLAMENTAR PELA LIBERDADE DE
EXPRESSION E O DIREITO À COMUNICAÇÃO
COM PARTICIPAÇÃO POPULAR**

#FRENTECOM

Secretaria de
Comunicação Social



LEIA A REVISTA DA ASTRAL

Agora, também, em versão digital no:
www.astralbrasil.org



REVISTA DA ASTRAL

A melhor maneira de saber o que acontece na rede de comunicação, que leva aos brasileiros as notícias do Legislativo nos municípios, estado e no Congresso Nacional.

ANUNCIE NA REVISTA DA ASTRAL:
Fale com a EMBRASEC – Edmilson Oliveira
comercial@astralbrasil.org
comercial@embrasec.com.br
+55 (11) 2979-0806

ASTRAL - Associação Brasileira das TVs e Rádios Legislativas
Tel.: +55 (61) 3037-3773
www.astralbrasil.org



Com pouca ou muita luz, a sua produção vai dar show com a nova PMW-300.

A camcorder semiombro com três sensores CMOS Exmor Full HD de 1/2 polegada e lentes intercambiáveis.

A PMW-300 é perfeita para quem precisa de uma camcorder flexível. Grava em 50 MBPS (MPEG HD422), o que atende aos padrões de transmissão em todo o mundo. Além disso, garante uma excelente captura de cenas em movimento.

- Ideal para captação externa, eventos ao vivo e shows. • Gravação em Full HD 50 MBPS (MPEG 4:2:2).
- Lentes intercambiáveis EX, que permitem o uso de lentes de 1/2 e 2/3 de polegada (com adaptador ACM-21 opcional).

Revendas Associadas



(11) 5062-2302



(19) 3364-8750



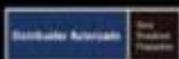
(19) 3241-3319



(79) 3044-8495



(62) 3622-6256



merlindistribuidora

(19) 3741-4481

www.merlindistribuidora.com.br



(85) 3254-4700



(41) 3023-4348



(51) 35982-3890



(19) 3741-4480



(71) 2443-1776